

Notícias Sindicais, 23/07/14

Portal da CUT

16ª Conferência Nacional dos Bancários começa na próxima sexta (25)

22/07/2014

Maior fórum anual de deliberações da categoria reunirá cerca de 700 participantes e definirá a estratégia e as reivindicações da Campanha 2014

Escrito por: Contraf-CUT

Terá início na próxima sexta-feira (25), às 9h30, a 16ª Conferência Nacional dos Bancários, o maior fórum anual de deliberações da categoria no Brasil. O evento, que vai até domingo (27), será realizado no Hotel Bourbon Atibaia (Rodovia Fernão Dias, km 37,5), em Atibaia (SP). Está prevista a participação de delegados eleitos em todo o país. A todo serão 696 participantes, incluindo os observadores.

Haverá painéis sobre conjuntura, sistema financeiro e mundo do trabalho, bem como estarão em debate as propostas aprovadas nas conferências estaduais e interestaduais e encontros preparatórios em todo o país. Também acontecerá a apresentação dos resultados da consulta feita pelos sindicatos aos bancários para ouvir as prioridades de cada colega para a campanha deste ano.

Os quatro grandes eixos temáticos são: emprego (corte/demissões, rotatividade e terceirização); reestruturação produtiva no sistema financeiro (banco de futuro, correspondentes bancários e bancos pelo celular); remuneração (aumento real, piso salarial e PCS); e condições de trabalho (metas e segurança bancária). Os trabalhos em grupos serão também permeados pela discussão da estratégia da campanha.

"Vamos realizar mais uma grande conferência nacional, coroando esse processo democrático e participativo de construção da campanha, que valoriza a opinião de cada bancário e bancária desde o local de trabalho. E com ousadia, unidade e mobilização, vamos enfrentar os desafios da conjuntura atual e buscar novos avanços para a categoria e a classe trabalhadora", afirma Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando Nacional dos Bancários.

Na plenária final da 16ª Conferência, será aprovada a pauta nacional de reivindicações, que será entregue para a Fenaban, a fim de ser negociada com os bancos para a renovação da convenção coletiva de trabalho dos bancários. "Com os lucros gigantescos acumulados, os bancos não têm motivos para negar o atendimento das demandas da categoria", ressalta.

Programação

Sexta - dia 25 de julho

8h30 às 18h: Credenciamento

9h30 às 11h: Painel sobre Condições de Trabalho e Remuneração

11h às 12h30: Painel sobre emprego e reestruturação produtiva

12h30 às 14h30: Almoço e "check in" no hotel.

14h30 às 16h: Painel "Em defesa da democracia - Ditadura Nunca Mais"

16h às 18h: Painel do Plebiscito sobre a Reforma Política

19h: Abertura solene.

21h: Jantar

Sábado - dia 26 de julho

8h30 às 13h: Credenciamento.

9h às 9h30: Votação do regimento interno.

9h30 às 10h: Apresentação dos resultados da consulta 2014.

10h30 às 12h30: Análise de conjuntura.

12h30 às 14h: Almoço.

14h às 18h: Trabalho em grupos - emprego (1), reestruturação produtiva no sistema financeiro (2), remuneração (3) e condições de trabalho (4).

19h: Jantar.

Domingo - dia 27 de julho

9h30 às 9h45: Apresentação da campanha de mídia

9h45 às 13h: Plenária final.

Portal da CUT

Souza Cruz, maior produtora de cigarros do país, é condenada por jornada excessiva

22/07/2014

Justiça também condenou a empresa por usar de instrumentos para atrasar o julgamento do processo

Escrito por: MPT

A Souza Cruz foi condenada em R\$ 800 mil por dano moral coletivo. A empresa foi processada pelo Ministério Público do Trabalho em Pernambuco (MPT-PB) por jornada excessiva. Na ação, o MPT pedia que o dano moral coletivo fosse de R\$ 1 milhão. A Justiça também condenou a empresa por usar de instrumentos para atrasar o julgamento do processo. Pela prática, conhecida como litigância de má-fé, a Souza Cruz foi condenada ao pagamento de R\$ 5 mil, valor reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O processo foi ajuizado pelo procurador do Trabalho Rogério Sitônio Wanderley, após a empresa se recusar a assinar termo de ajuste de conduta. De acordo com investigações, cargas horárias diárias superiores às 10 horas eram corriqueiras na companhia. A legislação trabalhista prevê expediente de, no máximo, oito horas por dia, com a possibilidade de prorrogação de mais duas horas, caso haja necessidade.

O excesso de jornada pode gerar danos irreparáveis à saúde e até mesmo à vida do trabalhador, por meio do cansaço, da fadiga e do estresse que aumentam a probabilidade de ocorrência de acidente de trabalho. A conduta também vai de encontro ao direito fundamental à convivência familiar e comunitária, uma vez que o trabalhador passa a não ter mais tempo para o convívio social.

A decisão judicial, dada pelo juiz Edmilson Alves da Silva, prevê, ainda, a regularização da jornada para todos os funcionários, inclusive para aqueles que desempenham atividades externas. Para esses, a empresa deve adotar um sistema formal de controle de ponto. O juiz também determinou que seja respeitado o intervalo de uma hora durante o expediente e de 11 entre duas jornadas. Em caso de descumprimento, a Souza Cruz será multada em R\$ 2 mil por trabalhador prejudicado, sendo os valores revertidos para o FAT.

Processos

Na ação civil pública, o MPT também listou várias ações individuais contra a Souza Cruz. Em pesquisa realizada no site do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, só nas varas do trabalho do Recife, foram encontradas 230 reclamações trabalhistas. "Para nossa surpresa, boa parte das ações eram pela falta de pagamento de horas extras, principalmente a empregados que exercem atividades externas", disse o procurador do Trabalho Rogério Sitônio Wanderley.

"A ação civil pública, nesse caso, pôde contribuir, inclusive, com a organização e celeridade do judiciário, que tem sido alvo de lides repetidas pela empresa, diante de uma mesma irregularidade", afirmou.

A Souza Cruz é a maior produtora de cigarros do país, com 60,1% do mercado brasileiro. Em 2013, teve lucro líquido de R\$ 1,7 bilhão, um acréscimo de 3,2 por cento em relação aos R\$ 1,64 bilhão de 2012.

Portal da CTB

Bancários da Bahia e de Sergipe querem 10% de aumento real

Os bancários presentes na Conferência da Bahia e Sergipe, no sábado (19) e no domingo (20), em Salvador, decidiram lutar por um aumento real de 10%, além da reposição da inflação. Pela avaliação dos bancários os banqueiros podem pagar. Os bancários da Bahia e de Sergipe querem valorização e vão à luta por melhores condições de trabalho e salário.

Agora, os 29 delegados eleitos e os três observadores se preparam para um embate importante. Defender a pauta na Conferência Nacional, entre sexta (25) e domingo (27), em São Paulo.

As organizações financeiras formam o setor mais lucrativo na economia nacional. Em 2013, colocaram nos cofres mais de R\$ 60 bilhões. Nos últimos sete anos, os ganhos cresceram em mais de 120%. Apesar das cifras, usam e abusam dos funcionários e clientes.

Mas os bancários querem mais. "Reivindicamos valorização do piso, com aumento real de 10% mais a inflação do período, combate às metas, que em grande parte causam o assédio moral e provocam o adoecimento, fim das demissões, da terceirização e da rotatividade", informa o presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Augusto Vasconcelos.

O que foi aprovado:

Reajuste: 10% de aumento real

Estratégia: mesa única de negociação com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e mesas específicas nos bancos públicos

Calendário:

Encontros regionais a critério dos sindicatos

Campanha contra a Terceirização

5/8: Dia de Luta por Segurança Bancária

23 e 24/8: 3º Encontro da Juventude Bancária da Bahia e Sergipe

2ª semana de agosto: Campanha de coleta de assinatura pelo projeto de lei de iniciativa popular para regulamentação da mídia;

3ª semana de agosto: Campanha de coleta de assinatura pelo projeto de lei de iniciativa popular para reforma política.

Fonte: Sindicato dos Bancários da Bahia

Portal da CTB

Falta de água em São Paulo causa 3 mil demissões e racionamento

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) divulgou na semana passada um estudo que mostra os estragos causados pela crise de abastecimento de água que atinge a população paulista. O levantamento foi feito entre os dias 12 e 26 de maio com 229 empresas de micro e pequeno porte (até 99 empregados), 140 de médio porte (de 100 a 499 empregados) e 44 de grande porte (500 ou mais empregados). Ele revela que já foram fechados mais de 3 mil postos de trabalho devido à falta de água. As demissões decorrem da redução do ritmo da produção e da queda da produtividade das indústrias. A tendência, segundo a Fiesp, é que o quadro se agrave ainda mais nos próximos meses.

Segundo Eduardo San Martin, diretor de meio ambiente da entidade patronal, a região de Campinas, com seus 5,5 milhões de habitantes, é uma das mais prejudicadas. As indústrias são abastecidas pela Bacia do PCJ - formada pelos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí e que atende mais de 70 municípios nesta região do interior paulista. "A escassez de água está levando à redução da produtividade.

Não há números oficiais, as empresas são cautelosas na divulgação de informações, mas o problema já chegou até nós. Existem empresas que já eliminaram um turno de produção, há vários exemplos negativos para o desenvolvimento produtivo da região: 3 mil postos de trabalho deixaram de existir por causa desse problema".

O estudo ainda apontou que, em cada três empresas, duas estão preocupadas com a possível interrupção no fornecimento de água na região. A possibilidade de racionamento ainda neste ano é um fator de preocupação para 67,6% das 413 indústrias entrevistadas pelo Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon) da Fiesp. "Já pensando nas consequências da interrupção no fornecimento, 64,9% das empresas avaliam que a medida teria impacto sobre seu faturamento: 17,9% avaliam que o impacto seria 'forte', enquanto para 47% ele seria 'pequeno'. As empresas de grande porte foram as que mais indicaram impacto sobre o faturamento", descreve o jornal Valor de quinta-feira (17).

O "volume morto" está morrendo

A Fiesp ainda não divulgou estudos sobre a região metropolitana de São Paulo, a mais afetada em função do colapso do Sistema Cantareira. Mas há relatos de que várias indústrias da capital e do entorno já sofrem com a crise de abastecimento. Na semana passada, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) divulgou relatório confirmando o vertiginoso aumento das reclamações dos consumidores residenciais. O Sistema Cantareira abastece 8,8 milhões de pessoas na Grande São Paulo. Para evitar um racionamento oficial – já que na realidade ele já existe – o governo tucano decidiu utilizar a reserva estratégica do reservatório, o chamado "volume morto", mas a medida paliativa também está se esgotando.

Na segunda-feira (14), a própria Sabesp confessou o crime. Quase dois meses após o início do bombeamento do "volume morto", o nível de água atingiu 18,2% no Sistema Cantareira, segundo a empresa estatal. Em 16 de maio, quando as bombas começaram a sugar a reserva técnica, o nível saltou 8,2 pontos percentuais em um dia, para 26,7%, com acréscimo de 182,5 bilhões de litros de água. Agora, ele já está novamente em perigo, com a queda dos últimos dias. O governador Geraldo Alckmin (PSDB), porém, insiste em afirmar que não haverá racionamento e que as reservas são suficientes até início de 2015 – ele poderia admitir que elas são suficientes até pouco depois de outubro, numa prova do estelionato eleitoral!

São Pedro é inocente!

O governador tucano, candidato à reeleição, também insiste em culpar São Pedro pela crise da água em São Paulo – no que conta com a ajuda da mídia chapa-branca. As manchetes falam sempre em seca, sem responsabilizar o PSDB – que hegemoniza o Estado há quase duas décadas – pela falta de investimentos e planejamento no setor. Mas São Pedro é inocente! De 2004 a 2013, a Sabesp distribuiu R\$ 4,8 bilhões de lucros aos seus acionistas no Brasil e no exterior. Neste mesmo período, porém, ela sequer cumpriu as diretrizes fixadas pela outorga do Sistema Cantareira de 2004, quando houve outra crise de abastecimento em São Paulo. Elas já previam ações e investimentos para atender às demandas da população.

Em 2004, Geraldo Alckmin já ocupava o Palácio dos Bandeirantes em seu primeiro mandato – os tucanos no poder são sempre os mesmos! Na época, ele também pediu para a população

economizar água e rezou aos céus por mais chuvas. Diante da crise, o texto de renovação da outorga já indicava as medidas urgentes: 1) Redução da dependência do Sistema Cantareira, criando fontes alternativas; 2) Combate às brutais perdas de água da Sabesp; 3) Aumento da coleta e do tratamento do esgoto. Nenhuma delas foi executada a contento. Para saciar o apetite dos acionistas, houve redução dos investimentos no setor e a Sabesp ainda demitiu trabalhadores e reduziu a manutenção do sistema.

Atualmente, dos 3 trilhões de litros de água captados nos reservatórios, a Sabesp perde 750 bilhões em vazamentos na coleta e distribuição. Ela também trata apenas 64% dos esgotos domésticos sob sua responsabilidade. E não dá para afirmar, como gostam os neoliberais tucanos, que estes crimes decorrem de problemas de caixa. A Sabesp fatura R\$ 11 bilhões por ano com suas tarifas elevadas. A atual crise de abastecimento em São Paulo, como as anteriores, não pode ser debitada exclusivamente na conta de São Pedro. Ela decorre da falta de investimentos e de planejamento do PSDB, do famoso "choque de indigestão" dos tucanos, que privilegia dos acionistas em detrimento da população!

Por Altamiro Borges - Carta Maior

Portal Mundo Sindical

Após reunião com prefeitura do Recife, professores seguem em greve

Representantes dos professores da rede municipal de ensino do Recife, em greve desde a última terça (15), se encontraram com o secretário de Governo e Participação, Sileno Guedes, na manhã desta segunda (21). A reunião durou cerca de 1h30 e terminou sem definições, apenas com a promessa de uma possível retomada das negociações.

Na pauta de reunião, segundo a secretária geral do Sindicato Municipal dos Professores da Rede Oficial de Ensino do Recife (Simpere), Eunice Nascimento, itens como o pedido de suspensão do corte de ponto dos docentes. "Queremos que cessem as pressões que estão sendo feitas em nossos professores e no sindicato. A Prefeitura se quiser pode suspender a multa e não cortar o ponto, mas tudo isso precisa ser conversado ainda", destaca a secretária.

A reunião começou às 10h20, com a presença do secretário e sete representantes do Simpere. O processo de negociação foi todo apresentado ao secretário, incluindo as demandas já mostradas anteriormente, que levaram a categoria a entrar em greve. "Queremos que seja enviado para a Câmara o nosso plano de cargos e carreiras. O Plano já foi revisto, o que não concordamos é com a inclusão da avaliação de desempenho", afirma Eunice.

O saldo do encontro foi considerado positivo pela diretora do Simpere, Cláudia Ribeiro, que espera a retomada das negociações. "O secretário nos afirmou que vai pedir autorização para retomar as mesas de negociação conosco mesmo durante a greve. Acredito que a Prefeitura está se dando conta que é preciso negociar e olhar a nossa luta com outros olhos", aponta Ribeiro.

Segundo o Simpere, a programação elaborada pelos grevistas está mantida para os próximos dias. Na terça-feira (21), está marcada uma vigília na parte da manhã em frente à Prefeitura e uma assembleia para as 14h.

Em nota divulgada no início da noite desta segunda (21), a Prefeitura informou que 92% das escolas e creches funcionaram nesta segunda. "O Executivo Municipal ratifica que, desde a última quinta-feira (17), primeiro dia útil após a decretação da ilegalidade da greve, os faltosos terão seus salários descontados, como previsto em lei", acrescentou.

Histórico

O encontro desta segunda foi marcado na sexta-feira (18), quando os professores ocuparam o quarto andar da Prefeitura do Recife, onde fica localizada a Secretaria de Educação. O local só foi desocupado por volta das 22h, após a confirmação da reunião.

A greve foi considerada ilegal na própria terça-feira (16). O Simpere foi notificado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) na última sexta (18). Enquanto a reunião acontecia, um grupo de cerca de 40 professores aguarda em vigília na calçada, junto ao prédio da Prefeitura, onde há também um carro de som.

Fonte: G1 - 22/07/2014

Portal Mundo Sindical

Trabalhadores entram em greve na Refap no RS

Um grupo de trabalhadores da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) decidiu na manhã desta segunda-feira, 21, paralisar as atividades na unidade da Petrobras no Rio Grande do Sul por 24 horas a partir das 0h. Eles reivindicam a reposição imediata de trabalhadores nas áreas de segurança e operação que adeririam ao Plano Integrado de Desligamento Voluntário (PIDV) da estatal. A expectativa do Sindicato de Petroleiros (Sindipetro) do Rio Grande do Sul é que a mobilização tenha adesão de 90% dos funcionários.

Os trabalhadores sinalizavam a intenção de parar as atividades desde a última semana, mas decidiram aguardar uma proposta da empresa. Na sexta-feira, dia 18, uma proposta foi apresentada acenando para a possibilidade de reposição de uma vaga em cada um das turmas de operadores da unidade. Em assembleia realizada nesta manhã, os trabalhadores rejeitaram a proposta. Segundo o Sindipetro, 25 funcionários já deixaram os cargos desde março, quando o plano foi aprovado, gerando uma sobrecarga nas funções.

"Como não houve avanço na última proposta, mantemos a paralisação. Se ao longo da semana a empresa não se manifestar, poderemos paralisar por tempo indeterminado na próxima semana", afirmou o presidente do Sindicato, Fernando Costa. "A empresa fez comparativo com outras unidades e alega que a reposição de apenas um trabalhador seria adequado. Para fazer todo o trabalho com segurança, seria necessário mais três pessoas por turma", avalia o sindicalista.

De acordo com o sindicalista, outros 60 trabalhadores de áreas operacionais e de segurança podem ser desligados até o final do ano. "A paralisação é de 24h, e não deve ter impacto significativo sobre a produção, mas, sem nova proposta, vamos parar por tempo indeterminado e então a produção poderá ser afetada", avalia Costa.

Procurada, a Petrobras não se pronunciou até o momento. A unidade fica localizada em Canoas e tem capacidade para processar até 32 mil m³/dia, com foco na produção de diesel e distribuição regional.

Fonte: Estadão - 22/07/2014

Portal Mundo Sindical

Empreiteiras da Usiminas em Cubatão e Sintracomos negociam

Terceira reunião será nesta terça-feira. O Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, Montagem e Manutenção Industrial (Sintracomos) negocia, com 15 empresas prestadoras de serviços à Usiminas, reivindicações de 8 mil operários.

"Por enquanto, ouvimos seis 'não' e quatro 'vamos estudar'", reclama o presidente do sindicato, Macaé Marcos Braz de Oliveira. "'Sim', que é bom, não escutamos nenhum".

O sindicalista pondera que, "até agora, foram duas rodadas de negociações respeitadas e de alto nível. Mas nada produtivas". A primeira foi em 2 de julho. A segunda, na quarta-feira passada (16).

A próxima será nesta terça-feira (22). E a seguinte, dia 29, terça-feira da próxima semana. As reivindicações foram aprovadas na assembleia de 6 de junho e enviadas às empreiteiras no dia 17.

Cachimbo

"Por enquanto, estamos igual cachimbo: só levando fumo", brinca Macaé. "Todo ano, a intransigência das empreiteiras empurra a categoria para a greve e dissídio no Tribunal Regional do Trabalho (TRT)."

"Depois, a Justiça do Trabalho acaba concedendo pelo menos o reajuste conforme a inflação e um aumento real, além do pagamento negociado dos dias parados", lembra o sindicalista.

"Se é assim, por que as empresas não evitam esse desgaste todo?", pergunta. "Ninguém, em absoluto, ganha com isso. Todos apenas se desgastam e, de uma forma ou de outra, acabam perdendo".

"A diretoria do sindicato pede bom senso aos representantes e negociadores das empreiteiras. Por favor, vamos resolver isso de forma negociada, evitando confrontos desnecessários", diz Macaé.

Reivindicações

O retorno da data-base para 1º de maio, Dia Internacional do Trabalhador, é uma das principais reivindicações da campanha salarial deste ano na Usiminas. O assunto está sub judice, no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília. "Não tem sentido as demais empreiteiras do polo industrial terem a data em maio e na Usiminas ser em agosto", observa Macaé.

Segundo ele, a data-base foi mudada, há poucos anos, por conta de crise no país, especialmente no setor siderúrgico, onde havia "fortíssimas ameaças de desemprego".

Vale-refeição

Outra reivindicação que ele considera importante é a troca da designação 'cesta básica' por 'vale-refeição'. "Esse assunto deu muito pano pra manga, na campanha salarial de 2013, após a greve de 17 dias".

"Tudo bem que as empreiteiras fornecem refeições nos locais de trabalho. Mas nas demais terceirizadas, também é servido almoço e jantar, o que não impede o fornecimento do vale-refeição", alega o dirigente.

Piso

A assembleia que aprovou as reivindicações para a data-base de agosto foi em 6 de junho. O sindicato fará assembleia, no começo de agosto, para a categoria se posicionar sobre contraproposta.

A principal reivindicação é o piso salarial de R\$ 1.503,02 por mês ou R\$ 6,83 por hora para os qualificados. E de R\$ 1.154,82 por mês ou R\$ 5,25 por hora para os ajudantes.

O presidente do sindicato considera "vergonhoso a Usiminas ser a única empresa do polo industrial onde o piso da construção civil não é respeitado. Isso é o mínimo dos mínimos".

Mais reivindicações: vale-refeição de R\$ 440 em vez de cesta-básica, reposição salarial conforme a inflação de 12 meses e aumento real no mesmo índice.

A assembleia, que está em caráter permanente, reivindica ainda horas de 100% nas dobras a partir da 16ª, com folga no dia seguinte, além de proibição do acúmulo e desvio de funções.

O fim da burocratização no recrutamento de pessoal também está na pauta. "Exigimos que, imediatamente após aprovação no exame médico, o operário comece a ganhar de acordo com o salário da função", diz Macaé.

Fonte: Assessoria de imprensa do Sintracomos - 22/07/2014

Portal Mundo Sindical

Metalúrgicos da Cabs conquistam reajuste no Paraná

Trabalhadores da Cabs International conquistaram nessa segunda-feira (21/7) reajuste salarial para data base, vale mercado e Participação de Lucros e Resultados (PLR)

Em assembleia realizada pela manhã, em porta de fábrica, foram validados os valores negociados com auxílio do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) pelo período de três anos nos vencimentos da empresa. O reajuste nos salários teve acréscimo de 3,5% + INPC para 2014, 3,0% + INPC para 2015 e 2,5% + INPC para 2016.

A fábrica que atua no ramo de metalurgia está localizada na saída de Curitiba para Campo Largo, na CIC, e conta com cerca de 70 trabalhadores. Também foi negociada a PLR, de R\$13.800, com dois adiantamentos. Outra situação ajustada foi no vale mercado, que de R\$ 270 sobe para R\$ 300 e chega até R\$ 350 no final de 2014.

Fonte: SMC - 22/07/2014

Portal Mundo Sindical

Sem avanço no acordo salarial, metalúrgicos da Hübner deflagram greve

Sem avanço nas negociações do acordo salarial, metalúrgicos da Hübner iniciaram nesta quinta-feira (18) uma greve por tempo indeterminado. Eles reivindicam acordo salarial e Participação de Lucros e Resultados (PLR), mas os valores apresentados pela empresa até o momento estão muito abaixo dos que foram definidos no ano passado.

O impasse ainda continua e agora de manhã, metalúrgicos decidiram pela continuidade da greve. Eles aguardam nova assembleia na segunda-feira (21/7) para definir se permanecem de braços cruzados.

A Hübner emprega cerca de 250 trabalhadores, está situada em Araucária e produz peças de reposição para empresas como John-Deere, Valtra, Atlas Schindler, Volvo, Fontaine, Pionner e Cummins, Scania e Mercedes.

Fonte: Assessoria de imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba - 22/07/2014

Portal Gestão Sindical

CNI defende mudanças em acordos coletivos

22/07/2014 por Valor Online

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou documento para defender mudanças nas regras para os acordos e convenções coletivas, por meio da aprovação de dois projetos de lei (PLs) que tramitam na Câmara dos Deputados. Um deles amplia o prazo de vigência das negociações. O outro possibilita que os acordos se sobreponham às leis trabalhistas.

No documento, que foi enviado aos presidentes, a entidade defende a valorização desses acordos. "Nossa legislação trabalhista é da década de 40, então já está ultrapassada, não atende aos avanços tecnológicos e às novas formas de trabalho", afirma a gerente-executiva de Relações do Trabalho da CNI, Sylvia Lorena.

Os projetos de lei 4.193, de 2012, e 6.411, de 2013, aguardam pela análise da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). Caso aprovadas, as propostas serão enviadas à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e ao plenário.

O PL 4.193 altera o artigo nº 611 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para determinar que os acordos coletivos prevaleçam sobre as leis trabalhistas, desde que não contrariem a Constituição ou as normas de saúde e segurança do trabalhador. O projeto foi proposto

pelo deputado Irajá Abreu (PSD-TO), que espera que o tema seja analisado pelo plenário em 2015. "O projeto não fere nenhum direito do trabalhador, apenas dá a ele a possibilidade de negociar por meio de acordo coletivo", afirma.

Já o PL 6.411 altera o artigo nº 614 da CLT para prever que as negociações valeriam por quatro anos, e não mais por dois anos. O projeto prevê ainda que as condições de trabalho acordadas valem apenas para o período estabelecido entre as partes. Atualmente, de acordo com a Súmula nº 277 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), um benefício garantido por meio de acordo ou convenção coletiva continua vigente até que uma negociação posterior o revogue ou altere.

A proposta ainda não foi analisado pela CTASP, mas o relator do PL na comissão, deputado Roberto Santiago (PSD-SP) opinou por excluir do projeto a parte que determina que o acordado não integra o contrato de trabalho, por entender que o modelo atual estimularia mais a negociação coletiva.

Segundo Sylvia, para a indústria seria interessante, por exemplo, acordar em negociações coletivas o aumento da jornada de trabalho em períodos de maior demanda, como Natal e Páscoa. Atualmente, a CLT fixa o limite de duas horas extras diárias.

Diap, 23/07/14

TST: novos valores de depósitos recursais entram em vigor em 1º de agosto

O Tribunal Superior do Trabalho divulgou os novos valores referentes aos limites de depósito recursal previstos no artigo 899 da CLT. Os valores, que entram em vigor a partir de 1º de agosto, foram reajustados pela variação acumulada do INPC do IBGE do período de julho de 2013 a junho de 2014.

A nova tabela prevê o depósito de R\$ 7.485,83 para a interposição de recurso ordinário e de R\$ 14.971,65 para recurso de revista, embargos, recurso extraordinário e recurso em ação rescisória.

Veja a íntegra do ato que reajustou os depósitos recursais:

http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/39939/2014_ato0372.pdf?sequencia=1

Portal da CUT

Sonegação milionária da Globo começa a ser divulgada

22/07/2014

Globo não pagou imposto pela aquisição dos direitos de transmissão da Copa do Mundo de 2002, afirma documento

Escrito por: Por Rafael Zanvettor, da Caros Amigos

Foram divulgadas, na última quinta-feira (17) pelo blog [O Cafezinho](#), 29 páginas do processo da Receita Federal contra a Rede Globo. O relatório divulgado comprova que as organizações Globo criaram um esquema internacional envolvendo diversas empresas em sedes por todo o mundo para mascarar a compra dos direitos da Copa do Mundo de 2002. O objetivo principal seria o de sonegar os impostos que deveriam ser pagos à União em pela compra dos direitos.

A expectativa é que os primeiros documentos viessem a público no domingo, pouco depois da final da Copa, mas, por questões de segurança, a divulgação aconteceu nesta quinta-feira.

Operação

A engenharia da Globo para disfarçar a operação envolveu dez empresas criadas em diferentes paraísos fiscais. Todas essas empresas pertencem direta ou indiretamente à Globo, segundo os documentos. O esquema funcionava de modo que o dinheiro para a aquisição dos direitos era pago através de empréstimos entre empresas pertencentes à Globo sediadas em outros países. Deste modo, a empresa brasileira TV Globo, não gastava dinheiro diretamente com a operação. Posteriormente, as empresas que detinham os direitos de transmissão eram compradas pela TV Globo.

"Essa intrincada engenharia desenvolvida pelas empresas do sistema Globo teve, por escopo, esconder o real intuito da operação que seria a aquisição pela TV Globo dos direitos de transmitir a Copa do Mundo de 2002, o que seria tributado pelo imposto de renda", afirma em relatório do processo o auditor fiscal Alberto Sodré Zile.

Com o esquema, o sistema Globo incorre em simulação e evasão tributária, ou seja, sonegação. O imposto sobre importâncias remetidas ao exterior para aquisição de direitos de transmissão de evento esportivo são de 15%; no caso da empresa beneficiária estar sediada em paraísos fiscais, esta taxa passa a ser de 25%, caso da Globo.

Débito ao País

O cálculo do imposto de renda devido pela empresa chega a 183.147.981, 20 milhões de reais com base no valor pago pela compra, de 732.591.924,140 milhões de reais. Além do imposto

devido, a empresa também deve pagar uma multa, que por se tratar de caso que envolve sonegação, chega a 274.721.970,05 milhões de reais. A este valor podem ser acrescidos os juros de mora, como descrito em processo divulgado no ano passado, de 157.230.022,58 milhões de reais. Deste modo, o valor total do débito da Globo com a população brasileira chega ao valor de 615.099.957,16 milhões de reais, sem contar a correção.

Organizado por Ernesto Germano